Jornal Meridional - Telejornalismo inovador e criativo como forma de enfrentar a censura editorial dos governos militares no Brasil pós-64[1]

Flávio AC Porcello[2]
Universidade Federal do R. G. do Sul (UFRGS)

RESUMO

O presente trabalho examinará as tentativas de inovação na linguagem verbal e não-verbal do telejornalismo no período da redemocratização do país depois do golpe militar de 1964. A pesquisa sobre esse tema deve-se ao fato de que em 2014 a ditadura completa 50 anos e julgamos relevante analisar as marcas que deixou na imprensa. O objeto de análise será uma experiência regional, o **Jornal Meridional**, exibido de maio de 1986 a junho de 1987, na TV Pampa de Porto Alegre, RS. Foram 13 meses de uma experiência, a nosso ver bem-sucedida, pois o telejornal foi criativo, inovou na linguagem, investiu na reportagem e sempre manifestou opinião sobre os fatos que noticiava. Foi um esforço profissional do jornalismo em reagir aos anos em que foi cerceado pelos governos militares e seus apoiadores na sociedade civil, como a imprensa conservadora. E pode servir de lição aos 70 por cento da população brasileira que não havia nascido em 1964. A metodologia utilizada será a Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson, que permite a interpretação e reinterpretação dos fatos.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; Televisão; Poder; Ditadura; Linguagem;

Introdução

O **Jornal Meridional** marcou época no jornalismo gaúcho em uma época difícil de censura à imprensa e repressão política, pois conseguiu avançar em busca de maior liberdade editorial, tanto que noticiou em determinada noite que a edição do dia seguinte não iria ao ar, pois toda a equipe havia aderido ao Dia Nacional de Paralisação decidido em assembleia geral pela maioria dos jornalistas brasileiros. Ele era apresentado num período em que a imprensa brasileira ainda tentava redescobrir seu espaço e começava a respirar ares de liberdade depois de 20 anos de ditadura militar. O período em que isso ocorreu é imediatamente posterior ao regime autoritário que governou o Brasil depois do golpe

[1] Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Jornalista, Mestre e Doutor em Comunicação Social, professor do PPG em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante da equipe que levou ao ar o **Jornal Meridional**.

militar de 1964. Aqui consideramos a ditadura militar o período de 21 anos compreendido entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985 quando José Sarney assumiu a presidência da República. Embora ligado aos militares, foi da Arena e depois elegeu-se presidente do PDS, Sarney era civil e assumiu por ser vice de Tancredo Neves que, impossibilitado por problemas de saúde, não pode tomar posse como presidente. Julgamos ser oportuno levantar esse tema ás vésperas de um cinquentenário que gostaríamos de ver esquecido: o golpe militar de 1964. Mas, melhor do que esquecer, é relembrar o que ocorreu como forma de evitar que se repita, até porque 70 por cento da atual população brasileira não havia nascido quando começou a ditadura e tem pouco conhecimento do assunto.

Retrospectiva histórica

Para entender melhor o ambiente que se vivia naquela época é importante contextualizar que a doutrina seguida pelos militares que deram o golpe de 64 inspirava-se na Escola Superior de Guerra (ESG) que foi criada e dirigida por um pequeno grupo de elite de militares brasileiros, conhecido como "grupo da Sorbonne", com a consultoria e o apoio de uma missão americana, em 1948. A ESG, criada oficialmente pelo Decreto número 25.705, de 22 de outubro de 1948, é considerada a única instituição brasileira que estruturou um pensamento em torno de uma doutrina, "segurança e desenvolvimento", a qual foi usada pelos governos militares. Vale lembrar que a ESG foi estabelecida de acordo com as linhas gerais do *National War College*, de Washington. (MATTOS, 2000, pg. 36). No tocante à segurança interna e a política nacional de segurança, vários objetivos foram fixados, nos campos militar, político, econômico e psicossocial, onde se insere a comunicação social. No campo psicossocial o objetivo da Lei de Segurança Nacional era promover o fortalecimento e o interesse nacional pelos valores espirituais, morais e cívicos da Nação; elaborar um sistema educacional adaptado à realidade brasileira; usar os sistemas de comunicação social a fim de esclarecer a opinião pública sobre assuntos relacionados aos problemas nacionais bem como sobre as ações realizadas pelo governo para resolvê-los. Como preconcebido pela ESG, essas comunicações deveriam ser feitas de maneira honesta, impessoal e de modo legitimo, e poderiam resultar no crescimento das organizações de relações públicas em todos os níveis de atividades. A Lei de Segurança Nacional segue o conceito de segurança nacional da Escola Superior de Guerra e dedica atenção especial ao sistema de

comunicações, uma área importante em três dos quatro campos acima mencionados (MATTOS, 2000, pg. 38).

Baseando suas ações na doutrina de "segurança e desenvolvimento", o regime militar foi responsável pelo estabelecimento de instituições como o Ministério das Comunicações e o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), além do Conselho Nacional de Comunicação. Criando condições operacionais para as telecomunicações brasileiras (facilitando o acesso à rede de microondas, cabo coaxial, satélite, televisão a cor, etc), principalmente para o sistema telefônico, o regime militar contribuiu para o desenvolvimento técnico da televisão, a qual também foi usada para promover as idéias do regime autoritário (MATTOS, 2000, pg. 44). É importante lembrar que o Jornal Nacional, da Rede Globo, foi ao ar pela primeira vez na noite de primeiro de setembro de 1969, durante o governo Costa e Silva que, doente, fora substituído por uma junta militar. (PORCELLO, 2009, pg.55).

No período compreendido entre Emílio Garrastazu Médici (1970) e Ernesto Geisel (1978) a televisão brasileira foi diretamente influenciada pelo governo, que, além de promover o desenvolvimento técnico, começou a se preocupar também com o conteúdo dos programas. Uma forte censura foi imposta aos meios de comunicação social, principalmente às emissoras de rádio e TV. Desde que a Lei de Capital Estrangeiro foi promulgada em 1964, empresas estrangeiras aumentaram seus investimentos. Em 1967, por exemplo, os maiores anunciantes e as mais polpudas verbas publicitárias na mídia eletrônica brasileira eram originárias de 12 corporações multinacionais: Coca-Cola, Colgate-Palmolive, Fleischman and Royal, Ford, Gessy-Lever, Gillette, Nestlé, Rhodia, Schell, Sidney Ross, Volkswagene Willys-Overland.

Após o período do regime de exceção (1964-85), os governos que se sucederam continuaram a pratica desenvolvimentista com o estado mantendo sua influência direta e indireta sobre o crescimento dos meios de comunicação, principalmente por meio das medidas de exceção, numa prova contundente da força da influência oficial. Com a redemocratização, em uma década diversos planos econômicos foram postos em prática com o objetivo de combater a inflação e ajustar o país no caminho do desenvolvimento.

O professor de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Sérgio Mattos, divide em seis fases o desenvolvimento da televisão no Brasil:

(1) Fase elitista (1950-1964)

(2) Fase populista (1964-1975)

(3) Fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985)

(4) Fase da transição e expansão internacional (1985-1990)

(5) Fase da globalização e da TV paga (1990-2000)

(6) Fase da convergência e da qualidade digital (de 2000 até hoje)

Durante a fase populista, no ordenamento proposto por Mattos, a imprensa brasileira foi severamente censurada pelo regime militar. A Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão do Ministério da Justiça, tinha como função controlar tudo o que fosse veiculado em TV, rádio, cinema ou teatro. O DCDP foi inspirado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado na ditadura Vargas e com clara inspiração nazista. No período Brasil Colônia quem cuidava da censura e dos costumes era a Igreja Católica. Com a vinda da família real em 1808 foi criado o Conservatório Dramático Musical que determinava uma censura mais branda e laica à população. Documentos da época da ditadura militar brasileira, recentemente liberados (PALMAR, 2012) demonstram o rigor com que a censura atuava e permitem ver que pelos mais insignificantes motivos peças de teatro, filmes, programas de rádio, TV ou noticias de jornal e revistas eram proibidos pelo governo. Não eram só questões morais ou políticas que paravam no crivo do DCDP. Houve episódios, devidamente documentados, em que a implicância beirava o surrealismo como na discussão sobre o uso da palavra "cocô" na novela Escalada de Lauro César Muniz. O laudo da censura foi uma resposta à denuncia de um colunista do jornal carioca "A Notícia" que considerou a fala do personagem de Milton Morais, que padecia de fortes dores intestinais e pedia ao filho para "fazer cocô", de abominável mau gosto. O laudo dos censores relatava que "o personagem usou a expressão considerada prosaica e que motivou criticas por se entender como abominável mau gosto o termo "fazer cocô". E sublinhava:

> Registramos aqui e não nos passou despercebido: temos somente a esclarecer que se trata de um sinônimo, de largo uso, de aplicação já oficializada e que não fere sensibilidades. Ainda mais por se tratar de um personagem inculto e simplório, do qual não se pode esperar um vocabulário erudito", escreveram os censores, que não sem antes gastar tempo e papel-ofício, acabaram liberando o uso do termo banal (CIMINO, James, 2013).

A Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) foi extinta em 1988 com a promulgação da nova Constituição Federal. Abertos à consulta pública desde 1994, os arquivos encontram-se no Arquivo Nacional, em Brasília, e voltaram a atrair a atenção em maio de 2012 com a lei de Acesso à Informação. Esse breve registro da época tem objetivo de contextualizar o ambiente que vivia o país no início da redemocratização. No governo

Sarney (1985-1990) a imprensa brasileira já experimentavam uma maior sensação de liberdade de opinião que, na verdade, começara com a abertura "lenta, gradual e segura" iniciada no final do governo João Figueiredo (1978-1985). Mas a contradição entre teoria e prática estava no que dizia o próprio Figueiredo quando perguntado sobre a abertura política e o fim da censura: "Eu prendo e arrebento quem não quiser a abertura", dizia o último presidente militar.

Vamos centralizar nossa abordagem nos reflexos da redemocratização na TV, com ênfase no Telejornalismo, para nos fixarmos no exemplo do **Jornal Meridional.** A segunda metade da década de 80 foi marcada pela chegada dos jornalistas vindos do meio impresso nas redações de televisão. Isso se devia à necessidade que o próprio veículo teve de começar a buscar uma identidade em termos de linguagem audiovisual e de texto apropriado. A adoção do modelo americano, na década anterior, segundo alguns pesquisadores e observadores, trouxe os cineastas para o telejornalismo. Mas estes cineastas eram rebeldes e provocavam um embate com os proprietários das emissoras, porque queriam mostrar as grandes mazelas da sociedade brasileira (KNEIPP, 2007).

Na época, saiu do ar a TV Tupi, primeira emissora do país, criada em 1950 pelos Diários e Emissoras Associados. E novas emissoras surgiram com o fim da Tupi. Entre elas, o Sistema Brasileiro de Televisão (originariamente TVS), em São Paulo, e a Rede Manchete, no Rio. O SBT inovou com a contratação de estrelas como Hebe Camargo e Jô Soares, e trouxe Bóris Casoy, da Folha de São Paulo, para ancorar o TJ Brasil. A Rede Bandeirantes colocou no ar o Canal Livre, com a apresentação de Silvia Popovic. A TV Manchete adotou uma programação alternativa, composta por documentários e programas criados por produtoras independentes.

> Houve também uma necessidade de aprimoramento do texto televisivo e, para isso, foram contratados jornalistas oriundos do impresso, como foi o caso dos dois entrevistados. Com isso, começou também a se definir algumas características para o texto da TV, como foi o exemplo do Manual de Telejornalismo da Central Globo de Jornalismo de 1988. Algumas inovações tecnológicas, como as câmeras Umatic e o vídeo - tape contribuíram para uma maior agilidade da cobertura e a realização de reportagens propriamente ditas. Isto também encurtou o tempo de produção do telejornal, pois não era mais necessário revelar o filme, como era feito anteriormente. Outros elementos técnicos, como o teleprompter e o gerador de caracteres, foram incorporados aos telejornais. (KNEIPP, 2007).

A imprensa, especialmente na área do telejornalismo que é o nosso objeto no presente artigo, experimentou inovações na fase de redemocratização do país. A figura do âncora surgiu no telejornalismo brasileiro, importada dos Estados Unidos, onde Walter

Cronkite da CBS era uma referência internacional como *anchor man*. É possível ter mais informações sobre a implantação da figura do âncora no telejornalismo brasileiro nas pesquisas realizadas por Squirra (1993), Ramos (2007) e Porcello (2012), entre outros. Moretzsohn (2013), embora sem fazer referência direta ao telejornalismo, destaca uma importante mudança na imprensa brasileira depois da censura imposta pela ditadura militar:

> Daqueles tempos para cá, a instituição da censura prévia durante os piores anos da repressão e o estrangulamento de várias publicações, a imprensa viveu um processo contínuo de concentração e reestruturação, que teve como referência o Projeto Folha, de 1984, com sua opção por 'administrar a redação como uma empresa industrial moderna', passando a encarar 'noticias e ideias' como mercadorias a serem trabalhadas com rigor técnico (MORETZSOHN, 2013, pg.34)

E continua:

> Na virada dos anos 1980 para os 1990, houve mudanças estruturais ns grandes redações, tanto do ponto de vista da tecnologia como da própria organização interna. Alberto Dines considera que essa nova caracterização empresarial deixou para trás o velho espírito que orientava o trabalho jornalístico (MORETZSOHN, 2013, pg.35).

Os jornais registravam em suas páginas que estava começando a haver um enfoque mais critico na apresentação dos telejornais. Em seu caderno revista da TV, o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, deu como título "*Anchor man*, a estrela do notíciário" e assinalou: "Os telejornais estão mudando. Agora, em vez do tradicional apresentador, há o *anchor man,* um jornalista que não se contenta em noticiar. Ele analisa e esclarece o fato". E entrevistou o âncora da RBSTV, Geraldo Canali, que disse:

> Estamos em um momento em que o telespectador, o consumidor da informação, exige mais a verdade, a qualidade da transparência da informação. É claro que a credibilidade fica maior á medida em que o apresentador é um jornalista integrado ao programa que apresenta (FONTANIVE, 1990, pg.15)

O início

Embora existam outras iniciativas de implantação de um telejornalismo adequado aos novos tempos em contraposição à posição hegemônica e dominadora da Rede Globo e suas afiliadas que mantinham uma posição conservadora e pagavam o preço de sua ligação com o regime militar, por questões de tempo e espaço, aqui nos fixaremos na observação no **Jornal Meridional**, veiculado pela TV Pampa de Porto Alegre, que nasceu nesse período de redemocratização do pais. A matriz teórica a ser utilizada na metodologia desta análise é a Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson (2000).

O **Jornal Meridional** começou a ser estruturado no início de 1986 por iniciativa do jornalista Paulo Martimbianco (Paulão). O mercado estava eufórico, pois o Plano Cruzado

do governo Sarney aparentemente vencia a inflação e sinalizava para um aumento no consumo de bens e produtos. Era um bom momento para aquecer a economia e como a fase de redemocratização do país abria espaço para novas iniciativas, o jornalismo poderia ser um fator de expansão da Rede Pampa de Comunicação. Um bom telejornalismo pressupõe uma boa equipe de trabalho. E para formar uma boa equipe é preciso começar por um bom chefe. Esse foi o primeiro passo. Trazido da Capital Federal, o jornalista Paulo Martimbianco, com larga experiência profissional nas emissoras da TV Globo, em São Paulo e em Brasília, formou uma equipe de quase 50 profissionais[3] mesclando juventude e experiência.

> O tratamento dado à informação será diferenciado e abrangente, trazendo sempre que possível a notícia para dentro do estúdio. A acomodação devido ao monopólio do mercado de trabalho refletiu nas pessoas de forma negativa, diminuindo a discussão em torno do exercício profissional. Nós, ao contrário, buscamos uma maior participação de toda a equipe, desde o cinegrafista até o apresentador, disse Paulo Martimbianco ao Jornal Três por Quatro, da Fabico/UFRGS (ROCHA, 1986, pg.11).

A viabilização econômica do jornal se dava pelo patrocínio exclusivo do Banco Meridional do Brasil, que sucedera os antigos Banco da Província e que depois virou, Banco Sul-Brasileiro. O Banco Meridional foi vendido para o grupo espanhol Santander, que passou a operar com suas agências e cadastro de clientes. Mas a independência jornalística que a emissora (TV Pampa) e o Banco (Meridional) asseguravam para dar credibilidade ao telejornal, o que atraiu a equipe e, posteriormente, a audiência, não foi mantida. Quando o jornal fez críticas ao governo estadual, este pressionou o banco a retirar

[3] Entre os contratados vieram os repórteres Athaides Miranda, Ricardo Azeredo, Priscila Barreto, Isabel Raupp, Ruvana de Carli, Elódio Zorzetto, Ferraz Junior, entre outros. Na edição e produção a equipe tinha os irmãos Ângelo Renato Lima e Gilberto Otávio Lima, Alfredo Vizeu Pereira Junior, Marco Antônio Schuster, Luiz Antonio Corazza, Néia Castro, Vera Souza, Bete Fernandes, Rodrigo Correa, Paula Gazzoni, Paulo Moreira, Luciana Canarin, Suzana Aguiar, Agapito Angst, entre outros. E a equipe técnica era composta por Jorge Duarte, Ronaldo Ruduit, Clademir Machado, Carlos Alberto 'Cobrinha' dos Anjos, Paulo Gomes, Darcy Homem, Wellington 'Moreira' Rosa, Arnildo de Azevedo, Gilton Sanchez, Fernando Arísio Corrêa, Francisco Edson da Silva, Bira Melo, entre outros. O Jornal Meridional inovou também na apresentação, implantando a figura dos editores-apresentadores: Claudia Nocchi, que trazia experiência profissional do Jornal do Brasil, e o autor deste trabalho, Flávio Porcello, que teve experiências anteriores no jornais O Estado de S.Paulo e O Globo. Os dois, bem como a maior parte da equipe, atuavam na TV Gaúcha, hoje RBS TV. Os restantes vieram em sua maioria da TV Guaíba, hoje TV Record RS. O Jornal Meridional inovou na escolha de comentaristas, todos eles estreantes em TV: Sérgius Gonzaga (Literatura), Eduardo 'Peninha' Bueno (Música), Enéas de Souza (Cinema) e Elódio Zorzetto (Política). Paulo Martimbianco, Agapito Angst e Bira Melo são falecidos. A Rede Pampa contratou outros profissionais renomados no mercado gaúcho, como Tânia Carvalho, Lauro Quadros, Rogério Mendelsky, Walter Galvani, Joabel Pereira, Adroaldo Streck e Balala Campos para integrar seu projeto mas estes não faziam parte da equipe do Jornal Meridional.

o patrocínio, o que levou a emissora a tirar o programa do ar 13 meses depois de estrear, como detalharemos mais adiante.

O **Jornal Meridional** ia ao ar de segunda-feira a sábado logo depois da apresentação de Dona Beja (protagonizada por Maitê Proença), telenovela de muito sucesso na Rede Manchete, da qual a TV Pampa era afiliada no Rio Grande do Sul. A estreia se deu às 22h30min da noite de 12 de maio de 1986, uma segunda-feira. E a escalada (sequencia de manchetes) foi a seguinte:

> PORCELLO (VV): Boa-noite! Os assuntos em destaque no nosso jornal de estreia: O secretário de Saúde de Canoas e o presidente do Sindicato Médico debatem as mortes de bebês no Hospital Nossa Senhora das Graças.
> CLÁUDIA (VV): A associação de funcionários faz novas revelações sobre as irregularidades no BNH gaúcho.
> PORCELLO (VV): Você vai ver também a reportagem especial sobre a crise no estado e uma entrevista exclusiva com o governador Jair Soares.

A primeira edição teve 27 minutos de duração divididos em quatro blocos (36 minutos com os comerciais) e tratou basicamente de economia e política, teve um comentário de literatura de Sérgius Gonzaga sobre o livro A insustentável leveza do ser, do escritor tcheco Milan Kundera, e terminou com uma sequencia de matérias e entrevistas sobre a situação econômica do estado. Nos dois últimos blocos foram ao ar uma matéria de 5'30" feita pelo repórter Athaídes Miranda sobre a crise nos setores primário (agricultura), secundário (industria) e terciário (serviços) no Rio Grande do Sul. Nela falaram os representantes de patrões e empregados destes três setores: Ezídio Pinheiro (Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetag), Jarbas Pires Machado (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do estado – Fecotrigo), Paulo Renato Paim (Central Única dos Trabalhadores), César Rogério Valente (Federação da Associações Comerciais e de Serviços do RS) e Luis Otávio Vieira (Federação das Industrias do RS).

Na sequencia foi apresentada uma entrevista exclusiva de 4'32" feita pelo âncora Flávio Porcello com o governador Jair Soares. E depois uma matéria de depoimentos de parlamentares dos cinco principais partidos políticos no estado: Carlos Alberto Chiarelli (PFL), Nelson Marchezan (PDS), Sereno Chaise (PDT), César Schirmer (PMDB) e Clóvis Ilgenfritz da Silva (PT). Todas as matérias foram editadas pelo editor –chefe do telejornal Paulo Martimbianco e pelo subeditor Ângelo Renato Lima. A última noticia da edição de estreia foi:

> PORCELLO (VV): E para amanhã nada vai mudar. Tudo continua como hoje. Não, não estamos mais falando sobre a crise do Rio Grande. Para o Estado a gente quer que as coisas comecem a melhorar já à partir de amanhã. O que vai continuar como

> está é o tempo. A meteorologia avisa que a terça-feira terá tempo nublado, sujeito a chuvas e o friozinho vai continuar.
> CLAÚDIA (VV): O Jornal Meridional termina aqui. A gente volta amanhã. Boa noite!
> PORCELLO (VV): Boa noite!.Fique com a gente!

Ao longo de seus 13 meses de duração o **Jornal Meridional** procurou exercitar uma pratica até então incomum entre os telejornais veiculados em Porto Alegre: a informação crítica, dita de forma descontraída e, às vezes, irreverente. E pagou um preço alto por isso: o comentarista Eduardo 'Peninha' Bueno fez criticas à repressão policial durante a apresentação de um show de rock no ginásio Gigantinho da Beira-Rio e ele próprio acabou vitima da truculência pois foi agredido e detido pela Brigada Militar. No seu comentário sobre música ele tratou do assunto denunciando na forma de um editorial irreverente a violência da qual também fora vitima.

O reconhecimento

Como resultado de um jornalismo que investia muito em reportagem, o **Jornal Meridional** venceu o Prêmio Direitos Humanos em todas as categorias de telejornalismo naquele ano de 1986. Em primeiro lugar ficou uma reportagem sobre a Fazenda Annoni, o primeiro acampamento de agricultores sem-terra do país; em segundo lugar a entrevista exclusiva com o foragido inspetor Archimedes Luthemberg Ribeiro caçado pela policia gaucha por denunciar torturas e maus tratos a presos; e, em terceiro lugar, a reportagem que mostrava a convivência entre colonos e soldados da Brigada Militar durante os conflitos fundiários na mesma fazenda Annoni. O presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Agostinho Veit, disse na solenidade da premiação na OAB-RS que "o **Jornal Meridional** tem merecido esses prêmios não só pelas três reportagens mas porque faz um tipo de jornalismo que o povo rio-grandense quer ver" (LONGHI, 1986).

A boa acolhida que o projeto de um jornalismo criativo e inovador teve junto ao público parecia indicar um futuro promissor mas o **Jornal Meridional** não teve vida longa. Deve-se considerar o contexto econômico em que se deu o fim do projeto. A crise econômica que parecia superada na euforia do governo Sarney voltou com força ainda maior na virada do ano de 1986 para 1987.

> No segundo semestre, começam os problemas com a retração do mercado publicitário após o crescimento do consumo. A inflação eleva-se mês a mês, após as eleições de novembro, quando a estabilização econômica – mantida artificialmente até aquele momento – dá a vitória aos partidos da base de sustentação ao governo federal. A inflação (IGP-DI) passa de 65,04 % em 1986 para 415,95 % no ano seguinte. Esses fatores associados levam ao fim do projeto de jornalismo dentro da Rede Pampa de Comunicação (FERRARETTO, 2007, pg. 279).

Mas não foi apenas por questões econômicas que o jornal foi tirado do ar. Houve fortes razões políticas para que isso tenha acontecido. O ano de 1987 foi marcado pela maior greve de professores estaduais que começou em março de forma quase simultânea com o governo Pedro Simon, que havia sido ministro da Agricultura de Sarney, que também foi eleito governador nos ventos de euforia do Plano Cruzado e que também começava o mandato naquele mês. A paralisação durou 96 dias e, ao contrário das outras emissoras, todas alinhadas ao governo do Estado, o **Jornal Meridional** dava voz aos professores na palavra do presidente do Centro de Professores (CPERS) Paulo Egon Wiederker. O governo reclamou e foi convidado (já havia sido antes) a dar sua versão dos fatos. O próprio governador participou de uma entrevista ao vivo e a direção do programa decidiu ampliar o espaço daquela edição já que Simon queixava-se de ser censurado e perseguido pelos jornalistas. Terminado o programa, ele subiu á sala da direção da emissora e ficou reunido com o presidente da Rede Pampa de Comunicação, Otávio Dumit Gadret. Dias depois o patrocínio do Banco Meridional foi retirado e o telejornal foi tirado do ar com a demissão de todos os jornalistas e técnicos, com exceção de dois que tinham imunidade por exercerem mandato de delegado sindical: Alfredo Vizeu Pereira Junior (jornalistas) e Néia Castro (radialistas).[4]

Pelas limitações de tempo e espaço não será possível detalhar neste artigo todos os aspectos que caracterizaram a inovação de linguagem verbal e não-verbal proposta e, pensamos que alcançada, pelo **Jornal Meridional**. John Thompsom (2000) divide o Poder em Econômico, Político, Coercitivo e Simbólico e assinala que a mídia é um dos poderes simbólicos. O professor da Universidade de Cambridge observa também que "a preocupação da mídia concentra-se no escândalo, empurrando para as margens os outros aspectos". E enfatiza que "a TV acaba sendo o ambiente perfeito para amplificar o escândalo, esvaziador de reputações e de imagens públicas". Deve-se lembrar que a imprensa gaúcha – rádio, TV e jornal – mantinha uma postura muito conservadora em relação às fontes oficiais. Certamente ainda sob os efeitos da censura do regime militar, em

[4] Em 1986, com a inflação artificialmente congelada nos primeiros meses do Plano Cruzado, o mercado publicitário local esquentou e permitiu que a Pampa investisse ainda mais alto. Claudia Nocchi e Flavio Porcello, advindos do Jornal da RBS, que havia sido extinto, dando lugar ao Jornal da Globo, que antes não era transmitido para o Rio Grande do Sul, assumiram o Jornal Meridional, patrocinado pelo banco de mesmo nome e veiculado nos finais de noite. Mas o telejornal só durou um ano, devido às críticas que o programa fez ao governo do Estado em função da greve dos professores levou à retirada do patrocínio do banco que dava nome ao programa, pois era um banco do governo estadual (Fonte: Wikipédia, acesso em 05/02/2013).

geral, jornais e jornalistas, evitavam criticas aos governantes e mantinham respeitosa concordância com as versões oficiais das chamadas autoridades constituídas. Por isso vamos citar e analisar o exemplo de uma das matérias que foi premiada com o segundo lugar no Prêmio Direitos Humanos de 1986 – categoria Telejornalismo: o caso Archimedes.

Archimedes Lutchemberg Ribeiro era inspetor da Polícia Civil gaúcha e estava detido, acusado por seus superiores de indisciplina, mas defendia-se dizendo ser perseguido por ter discordado da pratica de torturas contra presos. Ele conseguiu fugir da prisão e foi perseguido pelos que queriam seu silêncio. Baseando-se apenas nas fontes oficiais da polícia, a imprensa gaucha limitava-se a repetir que os órgãos de segurança caçavam implacavelmente o fugitivo que continuava solto oferecendo perigo à sociedade. Não havia preocupação em ouvir a versão do inspetor. Foi o que o **Jornal Meridional** fez num exercício simples e obrigatório ao bom jornalismo: ouvir o outro lado. Localizado numa exaustiva busca, liderada pelo próprio editor-chefe Paulo Martimbianco, o inspetor foragido deu sua versão dos fatos. Ele disse que estava marcado para morrer porque descobrira e denunciara as prisões e maus tratos a que eram submetidos os presos, políticos ou não, nas dependências da polícia. E acusava seus superiores: "Quero me apresentar, deixar de ser fugitivo, mas preciso ter a garantia de que não serei morto", suplicou na entrevista. A entrevista exclusiva foi ao ar também em rede nacional no Jornal da Manchete e também saiu em jornais como O Globo e Jornal do Brasil. A imprensa viu-se obrigada a publicar também. O inspetor recebeu garantias de proteção judicial, se apresentou e denunciou formalmente seus superiores.

> O trabalho feito com o inspetor Archimedes trouxe de volta o verdadeiro jornalismo, o furo de reportagem. O papel da imprensa é procurar chegar na frente dos fatos. É preciso ouvir as pessoas que são notícia, dar todas as versões, e deixar que a opinião pública julgue (LONGHI, 1986).

Essa foi apenas uma das várias matérias exclusivas e com abordagens diferenciadas trazidas pelo **Jornal Meridional**. Era 'Jornalismo Puro", definiu a publicação mensal do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul em sua edição de março de 2003, assinalando que

> Até hoje, passados 16 anos (hoje são 26 anos) há controvérsias sobre o motivo real que levou Otávio Gadret, diretor da Rede Pampa, a interromper a trajetória do programa que crescia em audiência e credibilidade por sua linha editorial séria, democrática, crítica, de análise, de opinião e isenta. Não houve explicações (PASTORE, 2003, pg.15).

E, prossegue a matéria do Versão dos Jornalistas:

> O perfil do Jornal Meridional, inovador e que marcou a história do telejornalismo no Rio grande do Sul, devia incomodar muita gente. Tinha um perfil eminentemente jornalístico que não se curvava às pressões num período pós-ditadura militar. Talvez justamente por essa virtude, tenha morrido tão precocemente, teorizam muitos dos participantes da experiência. Para a maioria deles as pressões políticas foram o verdadeiro motivo do fechamento do noticiário (PASTORE, 2003, pg.15).

Assinalando que foi um jornalismo que "fez escola" a matéria do jornal do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul acrescentou que a experiência foi bem sucedida, pois o telejornal "retomou um tipo de jornalismo mais completo, situava a noticia no contexto, ouvia várias fontes, sem preconceito e sem censura". Na época estavam surgindo organizações fortes originárias do movimento sindical, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as noticias sobre o assunto eram tratados com uma naturalidade incomum para os telejornais da época. "Nós começamos a noticiar as greves. E a partir daí, passamos a exibir a realidade, os baixos salários, as condições de vida dos trabalhadores", disse em entrevista o chefe de reportagem à época, Marco Antônio Schuster (PASTORE, 2003, pg.15). "E isso obrigou os concorrentes a noticiarem também", acrescentou o então repórter Athaídes Miranda (PASTORE, 2003, pg.15)

> O telejornal foi inovador porque demarcou diferenças: cobria greves, abria espaços para temas sociais e realizava uma cobertura política séria, além de abrir grande espaço para a cultura e entrevistas ao vivo no estúdio, fato novo para a época (PASTORE, 2003, pg.15).

Uma evidencia de que o **Jornal Meridional** estava afetando a audiência dos telejornais tradicionais pode ser verificada pelo que disse dele na época o jornal Zero Hora, do Grupo RBS, em seu caderno Revista da TV:

> O Jornal Meridional diz que tem de tudo. Se tem é melhor deixar o telespectador conferir. A insistência como as chamadas falsas (ninguém mais hoje em dia apresenta telejornais rapidamente como as chamadas sugeriram) de promoção ao programa se torna muito antipática. No mais, que tal um certo enxugamento nas matérias de reportagem (a parte mais fraca do telejornal). Será mesmo que é necessário numa matéria a de falta de leite mostrar três a quatro pessoas dizendo sempre a mesma coisa? (ZERO HORA, 1986, pg 9).

É oportuno relembrar que em 1986 as matérias do **Jornal Meridional** venceram nas três categorias de telejornalismo o Prêmio Direitos Humanos daquele ano. A RBS TV não ganhou em nenhuma categoria. Isso talvez explique porque o texto publicado pelo jornal tenha terminado de uma maneira menos agressiva: "De qualquer modo para tudo e todos, ainda é muito cedo para dar uma opinião geral sobre o programa que está apenas ganhando, dia a dia, sua forma específica no vídeo local", encerrava a matéria naturalmente acrescentando elogios aos telejornais da emissora do grupo RBS.

O professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Rogério Christofoletti, analisa os parâmetros éticos que caracterizam a atuação do jornalismo na mídia. Ele assinala que a credibilidade e a sensação de confiança inspiram e alimentam a própria permanência de um programa na TV.

> Se os meios são confiáveis, dispõem de audiência ou grande circulação; se contam com públicos fiéis ou constantes, esses meios de comunicação são atraentes vitrines para anunciantes; se têm asseguradas as condições para se manter, esses mesmos veículos seguem suas trajetórias. É um circulo virtuoso, uma roda viva constante. Por isso, tanto as empresas jornalísticas como os profissionais que nelas trabalham precisam ficar atentos para que o pacto de confiança entre público e meio não se rompa, o que colocaria em risco a continuidade dos negócios. Não é uma operação fácil, se pensarmos que o jornalismo é uma atividade que se interpõe entre diversos e conflitantes interesses na sociedade (CHRISTOFOLETTI, 2008, pg.29).

O autor observa também que,

> Não é apenas porque o jornalismo se construa com base nas decisões editoriais que a discussão sobre ética e moral seja adequada. Os meios de comunicação se ocupam das narrativas cotidianas que têm como protagonistas pessoas de todas as partes, o que significa dizer que o jornalismo lida com reputações e honras pessoais, com valores e conceitos, com o imaginário popular, com versões da história e com o próprio senso de verdade e de realidade (CHRISTOFOLETTI, 2008, pg. 31).

O fim

A última edição do **Jornal Meridional** foi ao ar em 30 de junho de 1987. Em seus 13 meses e meio de atividades ele teve erros e acertos, contava com uma equipe vibrante e disposta a inovar na linguagem jornalística que os novos tempos pediam, mas as intenções esbarravam na falta de estrutura de uma emissora com pouca experiência e nenhuma vocação para fazer jornalismo. De qualquer forma o telejornal teve momentos históricos como no dia de nacional de paralisação durante a greve dos jornalistas de maio de 1987. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e seus sindicatos regionais em assembleias regionais aprovaram fazer uma paralisação nacional em apoio à greve da categoria. E o **Jornal Meridional** fez o que, se não foi inédito, ao menos foi muito incomum na imprensa brasileira: noticiou sua própria greve.

No encerramento da edição da noite de 11 de maio de 1987 foi lida uma nota dizendo que o Sindicato dos Jornalistas acabara de decidir em Assembleia Geral aderir ao dia de paralisação nacional da categoria que estava em greve por melhores salários e pelo direito de fazer greve, o que era proibido no país. O texto encerrava dizendo que "O **Jornal Meridional** não irá ao ar amanhã. Boa noite! Fique com a gente!"

Toda a equipe compareceu à redação no dia seguinte, fez a cobertura da greve da categoria e a reportagem foi exibida na edição do dia seguinte quando o telejornal voltou a ser apresentado. Por sinal, na noite em que não foi ao ar em razão da greve dos jornalistas (12 de maio), o **Jornal Meridional** completava um ano.

Esse episódio avaliado hoje pode parecer insignificante. Mas não foi. Mesmo agora é difícil imaginar um telejornal anunciando sua própria greve. Na época então, foi um marco histórico, até hoje lembrado pelos mais antigos e pelos escassos registros na imprensa, exceção feita ao jornal Versão dos Jornalistas que na edição de março de 2003 fez referência ao assunto. A editora e apresentadora Cláudia Nocchi lembrou em entrevista ao referido jornal que:

> O **Jornal Meridional** fugia do padrão dos telejornais da época porque além de coberturas jornalísticas diferenciadas, era altamente opinativo. Os comentaristas, que se revezavam no estúdio, eram especialistas em sua área de atuação, tinham e emitiam opiniões baseadas no conhecimento. Frequentemente defendiam posições e acrescentavam outros pontos de vista, permitindo ao telespectador formar a sua própria opinião, depois de ouvir os vários ângulos da notícia (PASTORE, 2003, pg.15)

E prossegue Nocchi:

> Como experiência pessoal, foi altamente valiosa porque, pela primeira vez, fui convidada para um projeto em que a equipe inteira foi montada a partir de uma idéia: fazer um jornal inovador, crítico e que desse espaço a quem nem sempre tinha "vez e voz" na televisão da época. E foi a primeira vez que vi uma equipe inteira trabalhar unida para colocar no ar um jornal independente (PASTORE, 2003, pg.15).

Em 2013, mais de um quarto de século depois, quando algumas das inovadoras propostas adotadas pelo **Jornal Meridional** já estão consolidadas em telejornais, Cláudia Nocchi relata um momento especial:

> Havia uma regra, não muito rígida, que determinava um revezamento nas entrevistas feitas no estúdio. Elas aconteciam pelo menos duas vezes na semana e eram realizadas em um ambiente fora da bancada, reproduzindo uma sala de estar, com poltronas. Um apresentador se deslocava para este "set" e o outro permanecia na bancada. O editor chefe Paulo Martimbianco decidiu que deveríamos entrevistar o Papai Noel, em uma véspera de Natal. Isso, hoje em dia, não causaria a menor surpresa, mas naquele ano de 87 foi considerado mais uma inovação do Jornal. A entrevista seria conduzida por mim e eu estava contrariada. Mas fui salva por meu querido colega de bancada que sugeriu que fizéssemos um revezamento no final de ano. Ele trabalharia no Natal e eu no Ano Novo e, consequentemente, ele entrevistaria o Papai Noel (NOCCHI, 2013).

O susto inicial passou, Nocchi assistiu ao telejornal de casa e a historia lhe rendeu uma crônica em livro e trazem boas e divertidas recordações hoje, como ela relembra:

> Transformei, anos mais tarde, este episódio em uma crônica de Natal, publicada em um livro editado em prol do Instituto do Câncer Infantil. Este exemplo, bem humorado, mostra que nós não éramos tão sisudos como a cobertura diária poderia sugerir. E comprova que o Jornal Meridional abria espaço para todos que tivessem algo a dizer! Até mesmo o Papai Noel! (NOCCHI, 2013)[5]

O professor de literatura, Sérgius Gonzaga, comentarista de cultura e cotidiano recorda aqueles tempos, classificando o Jornal Meridional como "uma experiência única":

> O diretor do telejornal - inolvidável Paulão - me ligava ali pelas 19 horas e dava-me as matérias que iriam ao ar para que escolhesse alguma. E eu tinha de improvisar uma crônica sobre os acontecimentos cotidianos. Às vezes tinha de puxar pelo humor, outras pelo insólito ou mesmo pelo acento lírico. Apresentava-as perto da meia-noite. Um exercício de criatividade, sem dúvida. Muitas vezes tive vontade de desistir, mas o Paulão sabia provocar, desafiar, estimular... Uma noite falei sobre a profissão de afinador de pianos, outra sobre a figura do Papai Noel, outra sobre o preço da costela gorda. Não usava teleprompter, apenas memorizava a primeira e a última frase, a experiência como professor me alentava, e com o tempo me dei conta que finalizar com ênfase era o truque... O surpreendente é que tudo funcionava bem naquele programa, quem sabe pela estranha afinação, nascida do orgulho que compartilhávamos por estar metidos em projeto tão inovador (GONZAGA, 2013).

E acrescenta:

> Até o Peninha (Eduardo) Bueno - que normalmente esquecia ou errava seus comentários - conseguia fazer desses esquecimentos e tropeços matéria orgânica do Jornal Meridional. A cada olvido seu, a cada frase interrompida, a cada pensamento inconcluso, o espectador pensava que aquilo era um truque imaginativo, uma irônica arguição do telejornalismo da concorrência, sempre impecável, almofadinha, gélido, com aqueles apresentadores congelados que não erravam, até porque não entendiam sequer o que estavam falando. Bons tempos, aqueles! (GONZAGA, 2013).

Conclusões

Como essa experiência aqui relatada, há muitas outras que, tanto tempo depois, deixam muito mais recordações positivas do que negativas. Os tempos eram outros, a imprensa tentava redescobrir seu lugar e o telejornalismo no Brasil também buscava formas criativas para firmar-se e ganhar audiência. É importante lembrar que, naquela época, o Brasil experimentava o primeiro governo civil depois de 1964 (embora alinhado com os militares, José Sarney era civil e fora eleito como vice de Tancredo Neves pelo Congresso Nacional em 1984) e a imprensa, em geral, ainda mantinha um tom conservador. O **Jornal Meridional** inovou na linguagem e deu lugar às manifestações legitimas que a sociedade

[5] A crônica escrita por Cláudia Nocchi tinha o título "Mas ele existe?" e está publicada nas páginas 78 e 79 do livro Papai Noel morreu? (Porto Alegre: Editora Ghias, 1998), que teve os direitos autorais doados ao Instituto do Câncer Infantil do Rio Grande do Sul.

civil exigia. A imprensa (especialmente a TV) e seus anunciantes (como o Banco Meridional, ligado ao governo do estado) tinha postura conservadora diante dos movimentos sociais que surgiam (PT, CUT, MST) e estes temas eram assunto no telejornal. A greve dos jornalistas, em menor escala, e a greve dos professores estaduais, essa sim com mais de três meses de duração, incomodaram o governo. E como o **Jornal Meridional** dava espaço a essas manifestações, ao contrário de seus concorrentes, ele acabou tornando-se incômodo ao governo. Pedro Simon (PMDB) havia sido eleito em 1986 e iniciou seu governo em março do ano seguinte tendo que enfrentar a greve dos professores estaduais que durou 96 dias. O governador exigiu ser entrevistado ao vivo no estúdio (foi atendido) e queixou-se amargamente de perseguição por parte do telejornal que, segundo ele, só ouvia o lado dos professores grevistas. No ar, foi lembrado de que estava dizendo isso 'ao vivo' e que teria, como de fato teve, o tempo do jornal estendido para que apresentasse, sem qualquer edição ou censura, a posição do governo. Não satisfeito, ele queixou-se ao dono da TV de que era perseguido pelo jornalismo da emissora. Dias depois o Banco Meridional do Brasil (ligado ao governo) retirou o patrocínio, razão alegada pela TV Pampa para fechar o **Jornal Meridional**.

Assim encerrou-se no dia 30 de junho de 1987 uma breve, porém consistente experiência de fazer jornalismo em tempos de redemocratização. O **Jornal Meridional** foi uma iniciativa local, atingia apenas Porto Alegre e algumas poucas cidades do interior gaúcho, mas representou uma retomada. Há poucos registros em textos ou fotos desta experiência e não foi possível localizar imagens gravadas de sua exibição. As fitas de vídeo tape que poderiam reservar alguns registros eram do sistema U-Matic que logo foi substituído por outras gerações de vídeos ainda no plano analógico. Hoje, mesmo que localizadas, dificilmente seriam reproduzidas. O **Jornal Meridional**, enfim, ficou só na memória de quem ainda se lembra. Mas as lições que ele trouxe podem ser aprendidas e, quem sabe, repetidas pelas novas gerações de jornalistas que sonhavam e sonham ainda hoje com uma imprensa autêntica e democrática, capaz de trazer à sociedade as historias que ajudam a construir e melhorar o mundo.

Referências bibliográficas

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética no jornalismo. São Paulo: Ed. Contexto, 2008
FERRARETTO, Luis Artur. Rádio e Capitalismo no Rio Grande do Sul: As emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século XX. Canoas: Editora da Ulbra, 2007.
MATTOS, Sérgio. A Televisão no Brasil. 50 anos de história. Salvador: Ed. PAS , 2000
MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Repórter no volante. São Paulo: Publifolha, 2013.
PORCELLO, Flávio *in* PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo e COUTINHO, Iluska. 40 anos de telejornalismo em rede nacional: Olhares críticos. Florianópolis: Ed. Insular, 2009
PORCELLO, Flávio, VIZEU, Alfredo e COUTINHO, Iluska. O Brasil (é) ditado. Coleção Jornalismo Audiovisual, volume 1. Florianópolis: Ed. Insular, 2012.
RAMOS, Roberto e BIZ, Osvaldo. O Âncora e o Neoliberalismo: a Privatização do Sentido. Porto Alegre: Evangraf, 2007
SQUIRRA, Sebastião. Booris Casoy: o Âncora no telejornalismo brasileiro. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.
THOMPSON, John. Mídia e Modernidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
_____. O escândalo político: Poder e visibilidade na era da Mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Jornais e outras fontes impressas

LONGHI, Raquel Ritter. TV Pampa recebe prêmios com unanimidade. Diário do Sul de Porto Alegre (RS) em 09/12/1986.
FONTANIVE, Lúcia. Anchor man, a estrela do noticiário. Revista da TV, Zero Hora, dia 16/09/1990, pg. 15.
NOCCHI, Cláudia. "Mas ele existe?", crônica publicada no livro "Papai Noel morreu?". Porto Alegre: Editora Ghias, 1998, pgs. 78 e 79.
PASTORE, Stella. O Jornal Meridional era jornalismo puro. Jornal Versão dos Jornalistas, edição de março de 2003, pg. 15.
ROCHA, Kátia. TV Pampa põe no ar novo jornalismo. Três por Quatro. Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação UFRGS, maio de 1986, página 11.
KNEIPP, Valquiria. Características de telejornalismo brasileiro nos anos 80. Trabalho apresentado no V Congresso Nacional de Historia da Mídia, realizado em São Paulo de 31 de maio a 02 de julho de 2007.
ZERO HORA, caderno revista da TV: Telejornalismo em foco. 18/05/1986, pg. 9.

Sites consultados

CIMINO, James - Uol vasculha arquivos da censura às novelas e mostra curiosidades – série publicada de 14 a 21 de janeiro de 2013 no site www.uol.com.br.
PALMAR, Aluizio. Documentos da Divisão de Censura revelados – Publicado em 23 de junho de 2012 no site www.uol.com.br.

Entrevistas ao autor

NOCCHI, Cláudia. Entrevistada pelo autor em Porto Alegre (RS) em 15 de abril de 2013
GONZAGA, Sérgius. Entrevistado pelo autor em Porto Alegre (RS) em 30 de abril de 2013